

Contribuições da Pedagogia da Alternância para a Formação de Técnicos Agropecuários: o caso da Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Quixabeira - Bahia

Marjã Jucilene Lima Ferreira¹, Antônia Euza Carneiro de Sousa², José Romildo Pereira Lima³

^{1, 2, 3} Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Departamento de Educação Campus XIV. Avenida Luís Eduardo Magalhães, nº 988, no bairro da Jaqueira. Conceição do Coité - BA. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: luzenselima@gmail.com

RESUMO. A educação é constituída e constituinte da cultura e da organização social de um povo. A partir dessa assertiva, consideramos que os pressupostos teórico-metodológico da Pedagogia da Alternância possibilitam a construção e realização de processos educativos na perspectiva da emancipação humana. Nesse entendimento, o presente artigo objetiva analisar contribuições da Pedagogia da Alternância para a formação de jovens camponeses vinculados à Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Bahia (BA), no Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio. A Pedagogia da Alternância se desenvolve em tempos educativos denominados Tempo Escola (TE), quando ocorre o estudo teórico-prático que dialoga com o Tempo Comunidade (TC), no qual o estudante amplia a produção do conhecimento junto às atividades de produção agrícola da família e, eventualmente, da comunidade. A pesquisa faz uma interpretação crítica acerca da organização do trabalho pedagógico que a escola, campo da pesquisa, realiza. A partir da observação direta das atividades de TE e na pesquisa documental, os autores indagam os princípios político-pedagógicos e de trabalho apresentados no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Caderno de Realidade (CR) e no Relatório de Estágio Supervisionado (ES) dos educandos. Os resultados apontam que, na alternância dos TE e TC, os processos pedagógicos (pré)ocupam-se com o desenvolvimento sustentável e com a produção de conhecimento respaldada na realidade concreta do cotidiano social dos educandos e de suas comunidades.

Palavras-chave: Educação, Pedagogia da Alternância, Trabalho Educativo.

Contributions from Trade-Off Pedagogy to Agriculture and Cattle Raising Technicians Training: the case of Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Quixabeira - Bahia

ABSTRACT. Education is constituted and a constituent of a people's culture and social organization. Based on this assertion, we consider that the theoretical and methodological assumptions of Pedagogy of Alternation enable the construction and realization of educational processes in the perspective of human emancipation. In this understanding, this article aims to analyze contributions from Pedagogy of Alternation to the training of young peasants linked to the Escola Família Agrícola de Jaboticaba - Bahia (BA), in the High School Technical Education Course in Agriculture Integrated to High School. Alternation is developed in educational times called Tempo Escola (TE), when there is a theoretical-practical study that dialogues with Tempo Comunidade (TC), in which the student expands the production of knowledge together with the family's agricultural production activities and, eventually, from the community. The research makes a critical interpretation about the organization of the pedagogical work that the school, field of research, carries out. Based on direct observation of TE activities and documentary research, the authors investigate the political-pedagogical and work principles presented in the Political Pedagogical Project (PPP), in the Reality Book (CR) and in the Supervised Internship Report (ES) of the students. The results show that, in the alternation of TE and TC, the pedagogical processes (pre) are concerned with sustainable development and with the production of knowledge supported by the concrete reality of the social daily life of students and their communities.

Keywords: Education, Pedagogy of Alternation, Educational Work.

Contribuciones de la Pedagogía de la Alternancia a la Formación de Técnicos Agrícolas: El caso de la Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Quixabeira - Bahia

RESUMEN. La educación está constituida y es un componente de la cultura y la organización social de un pueblo. En base a esta afirmación, consideramos que los supuestos teóricos y metodológicos de la Pedagogía de la Alternancia permiten la construcción y realización de procesos educativos en la perspectiva de la emancipación humana. En este entendimiento, nuestro objetivo es analizar las contribuciones de la Pedagogía de la Alternancia a la formación de jóvenes campesinos, vinculados a la Escola Família Agrícola de Jaboticaba - BA, en el Curso de Educación Técnica Profesional en la Escuela Secundaria de Agricultura Integrada a la Escuela Secundaria. La Pedagogía de la alternancia se desarrolla en tiempos educativos llamados Tempo Escola (TE), cuando hay un estudio teórico-práctico que dialoga con Tempo Comunidade (TC), cuando en el que el estudiante expande la producción de conocimiento junto con las actividades de producción agrícola de la familia y, eventualmente, de la comunidad. La investigación realiza una interpretación crítica sobre la organización del trabajo pedagógico que se realiza en la escuela, campo de investigación. Nosotros fijamos en la observación directa de las actividades de TE y la investigación documental. Perguntamos acerca de los principios político-pedagógicos y de trabajo que el Proyecto Político Pedagógico (PPP), el Cuaderno de Realidad (CR) y la Práctica Supervisada (ES) que los estudiantes presentan. Los resultados muestran que, en la alternancia de los tempos educativos (TE) y (TC) los procesos pedagógicos están (pre) ocupados con el desarrollo sostenible y con la producción de conocimiento respaldado por la realidad concreta de la vida social diaria de los estudiantes y sus comunidades.

Palabras clave: Educación, Pedagogía de la Alternancia, Trabajo Educativo.

Introdução

O atual contexto social no Brasil evidencia, entre outros aspectos, a disputa por dois projetos distintos de campo, educação e sociedade. Um deles oriundo da classe social dominante, marcadamente ancorado no modo de produção capitalista, o qual tem como referência o modelo de produção/organização denominado de *agronegócio*. Esse modelo de produção associa-se a um projeto de educação que pensa uma educação para o campo cuja produção de conhecimento se conforme com a perspectiva instrumental do conhecimento, com a apropriação puramente técnica do conhecimento e articulada à lógica do capital — ou seja, aquela interessada no uso exacerbado dos recursos naturais, na manutenção do *status quo*, na produção de mercadoria em detrimento da formação humana.

Por outro lado, originado da luta social em defesa da Reforma Agrária Popular e protagonizado pela classe trabalhadora do campo, o Projeto Educação do Campo, edificado na perspectiva da tríade Campo, Educação e Política Pública, tem uma proposta educativa articulada à produção e reprodução da vida campesina, sob a lógica da organização social socialista, ancorada nos valores da solidariedade, cooperação, soberania alimentar e garantia de direitos

sociais como terra, educação, moradia e saúde. No que se refere especificamente à educação, conforme anuncia Caldart (2012), assume como matriz formativa o trabalho no sentido ontológico da palavra, luta social, organização coletiva, cultura e história.

As lutas sociais em defesa da Reforma Agrária Popular não estão dissociadas da Questão Agrária no país. Se compreendida a Questão Agrária como análise de uso, posse e propriedade da terra, a Reforma Agrária defendida pelos/as trabalhadores/as do campo organizados/as é indissociável do debate acerca da Questão Agrária do País, porque se trata de uma reforma agrária que concebe a terra como um bem natural, que questiona a concentração de terras por uma minoria latifundiária, detentora de capital. Segundo Stedile (2012), a Reforma Agrária diz respeito à democratização da propriedade da terra e à garantia do acesso a ela.

Nesse sentido, observamos que a luta social por Reforma Agrária Popular não se atém apenas à reivindicação da distribuição das terras devolutas e/ou daquelas concentradas nas mãos dos grandes latifundiários, mas atenta também para as condições materiais de trabalho com a terra ocupada e com a vida no campo em

totalidade, o que também significa a luta por educação/formação na perspectiva da emancipação humana. Portanto, ainda conforme João Pedro Stedile, intelectual orgânico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “a nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital” (Stedile, 1999, p. 45).

Assim, a partir da luta pela ruptura da cerca da ignorância e pela garantia do direito à educação, os trabalhadores camponeses organizados em Movimentos Sociais do Campo têm buscado, ao longo dos últimos 60 anos, aproximadamente, articular a luta pela Reforma Agrária Popular a um Projeto de Educação do Campo protagonizado pelos próprios sujeitos e coerente com as bandeiras de suas lutas e proposições para a produção da vida no campo, envolvendo o trabalho, a cultura e a produção de conhecimentos.

Trata-se de um projeto que visa, sobretudo, afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do Campo o direito à educação, especialmente à escola — educação e escola que atendam aos interesses de formação das comunidades camponesas e à diversidade cultural que lhes é inerente. Para tanto, faz-se necessária a superação da lógica do conhecimento fragmentado, de relações verticalizadas, autoritárias,

arbitrárias em relação aos pares dialéticos, definidos por Freitas (2008) como conteúdo/forma e objetivo/avaliação, presentes nos processos educativos vinculados e próprios da Escola do Campo, a qual é compreendida, aqui, como projeto de educação, como uma organização coletiva intencionalmente planejada para a formação crítica dos sujeitos do Campo.

É importante salientar que a Educação do Campo deve estar vinculada às necessidades humanas e sociais e embasada na preservação dos valores culturais, não devendo ser limitada ao modelo urbanizado e centrado nos moldes capitalistas e econômicos que exploram a população do campo por meio da força de trabalho do trabalhador camponês em detrimento da garantia de direitos sociais historicamente conquistados, tais como a educação, o acesso e a permanência na Escola do Campo, a saúde, o crédito e financiamento da produção agrícola. Desse modo, compreendemos que “Educação do Campo não se restringe a um projeto de ensino, embora o contemple. É um processo de intervenção intencional nas relações sociais estabelecidas na escola, no campo e na sociedade brasileira, visando a uma perspectiva de transformação social.” (Ferreira, 2015, p. 93).

Diante dessa contextualização, o presente estudo visa (re)memorar a

chegada da Alternância no Brasil, apresentando algumas experiências de uma das escolas família agrícola (EFA) do interior baiano: a EFA de Jaboticaba — Quixabeira — Bahia. Trata-se de uma escola que se destina a jovens do campo e que, além de atender a estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, oferta também a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária seguindo a metodologia da Pedagogia da Alternância. Ademais, busca refletir sobre as contribuições das atividades do tempo comunidade para a formação do estudante por alternância de tempos educativos.

Na perspectiva da Educação do Campo, protagonizada pelos trabalhadores do campo organizados, a Pedagogia da Alternância é um instrumento de aproximação entre as experiências do trabalho cotidiano da família do aluno-alternante com as teorias estudadas na escola. Dessa maneira, a auto-organização dos estudantes constitui alternativa teórico-metodológica para a organização do trabalho pedagógico, sendo o trabalho sob a perspectiva ontológica a atividade fundante no processo de alternância dos tempos educativos TE (Tempo Escola) e TC (Tempo Comunidade).

O TC é compreendido enquanto extensão do TE, mas não se trata de atividades a distância ou complementares.

Em ambos os tempos, orientam-se e se realizam estudos teórico-práticos, em tempos distintos, com vistas à articulação do conhecimento escolar com a realidade social dos educandos, pelo exercício da práxis social. Essas atividades são orientadas pelos/as educadores/as do Curso Técnico em Agropecuária, ainda no TE, e acompanhadas por monitores no TC.

A partir dessa organização metodológica, a Pedagogia da Alternância busca articular o trabalho com a terra e as condições de vida no campo, na medida em que as atividades escolares se materializam no exercício prático, de trabalho nas comunidades onde residem os educandos alternantes. A produção agrícola de pequeno e médio porte bem como experimentos no plantio de horta, por exemplo, configuram elemento material do processo de ensino-aprendizagem, na escola e na comunidade. Mas não se trata de qualquer forma de trabalho agrícola, pois os princípios do trabalho ancoram-se no cuidado com a natureza, negação ao uso de agrotóxico, ou seja, atividade agrícola respaldada em práticas agroecológicas. Daí um dos aspectos de inter-relação da Pedagogia da Alternância com a Educação do Campo.

A educação de uma sociedade é caracterizada para representar determinadas concepções de mundo. Para

tal efetivação, as propostas educacionais apresentam, implícita ou explicitamente, a reprodução das ideias dominantes. No caso da sociedade brasileira, faz-se necessário tomar como exemplo as articulações próprias do sistema capitalista, nas quais a educação, tanto no Campo quanto na cidade, tem sido pensada precipuamente pelo gerenciamento e pela inserção de técnicas aos processos educativos, o que Saviani (1986) chama de Pedagogia Tecnicista. Atualmente, a ênfase recai sobre aquela educação que prima pela formação de habilidades para atuação flexível, maleável, autônoma, ajustável a qualquer imprevisto, ou seja, pelo processo de adaptação do sujeito às exigências atuais do capital. Nesse sentido, cabe a seguinte observação, de Frigotto (2003).

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (p. 26).

Essa educação subordinada aos interesses capitalistas, que funciona como elemento reprodutor das intenções da classe social que detém o capital, não está dada, pois, assim como é determinada historicamente pelas relações de poder, as contradições aí percebidas podem, da

perspectiva da história, provocar e imprimir mudanças que favoreçam a outra lógica de processos educativos na contramão de uma formação puramente técnica. Ou seja, a educação também pode atuar como mediadora para a construção de um projeto de sociedade que contemple os aspectos políticos, sociais e econômicos necessários à transformação crítica e social.

No entanto, estudos como os de Peres (2011) e Oliveira (2000) revelam que, há muito tempo, os sujeitos camponeses, em maior escala, vivem uma situação de descaso, de invisibilidade para o sistema escolar, cuja concepção hegemônica se organiza a serviço do capital e da classe que o detém. Isso ocorre na medida em que não se verifica políticas públicas que favoreçam efetivamente a aprendizagem, a ampliação de recursos didáticos, melhores condições para o trabalho docente, melhores condições de acesso e permanência na escola. Por exemplo, a educação ofertada pelo Estado no Nordeste brasileiro é pautada na economia agroexportadora, a qual neutraliza a identidade das pessoas que lá vivem, ignorando suas especificidades culturais e socioeducativas para atender ao interesse dos grandes proprietários de terra e, conseqüentemente,

do desenvolvimento do sistema capitalista no campo.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD / IBGE (2017) relacionados à educação exprimem, a nosso ver, a ausência de políticas públicas para a população, majoritariamente a campesina. Segundo essa pesquisa, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2%, em 2016, para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024). Em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler nem escrever.

Quanto à incidência do analfabetismo por questão racial, o índice entre pretos e pardos (9,3%) chega a ser mais que o dobro do verificado entre brancos (4,0%).

Entre as regiões do País, o Nordeste registrou a maior taxa de analfabetismo, 14,5%. As menores taxas foram identificadas no Sul e no Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e no Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente.

Por um lado, os dados confirmam e denunciam a negligência histórica do Estado para com o processo educativo, sobretudo com a população campesina na

região Nordeste, onde essa realidade está mais concentrada, cenário que traduz o ideário que atravessa o projeto de educação do Brasil ancorado nas questões latifundiárias e do capital. Por outro lado, os dados reafirmam que, na sociedade dividida em classes sociais, políticas e desenvolvimentos, sobressai-se quem se adéqua ao modelo eurocêntrico da cor da pele, do padrão de beleza, aqueles que atendam aos valores privilegiados socialmente e detenham capital.

Ainda assim, é forçoso afirmar que esses mesmos dados mobilizam as reações e discussões sobre Educação do Campo, fator que requer constante definição de objetivos e estratégias para o avanço da luta social por garantia dos direitos sociais, como terra, educação, moradia, segurança, saúde, saneamento. Assim, como assevera Arroyo & Fernandes (1999), “os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores” (p. 23).

A seguir, discorreremos sobre aspectos do percurso histórico da Pedagogia da Alternância no Brasil, a fim de destacar sua trajetória, legitimação e consolidação em todo o território brasileiro.

Rememorando a chegada da Pedagogia da Alternância no Brasil

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, muitos militantes de movimentos sociais eram ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB)ⁱ, pois encontravam na Igreja Católica, embasada na Teologia da Libertaçãoⁱⁱ, apoio na luta pela conquista dos direitos à vida, incluída, aí, uma escola para seus filhos, com uma proposta diferenciada e cuja pedagogia estivesse voltada para a realidade de quem vivia no campo, atendendo às suas especificidades políticas, sociais e culturais.

A Igreja Católica, à época, encontrava-se envolvida com as questões sociais do povo brasileiro. No caso do campo, junto com os movimentos sociais do campo na luta por terra para moradia e trabalho, fazia-se necessário aprofundar as questões relativas à formação escolar de homens e mulheres que atuavam no campo. Pensava-se, também, numa escola que contribuísse com os jovens, para se firmar no seu lugar, sem a necessidade de buscar formação nos centros urbanos. Foi com esse propósito que o padre jesuíta Humberto Pietrogrande, sacerdote de Anchieta – ES, trouxe para o Brasil a Pedagogia da Alternância. Acerca desse conceito, Gimonet (1999) explica:

Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio profissional e em situação escolar; ... uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos de experiências colocando assim a experiência antes do conceito. A Pedagogia da Alternância ... dá a prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo. (p. 44-45).

A Pedagogia da Alternância nasceu na França, na década de 1930, com a *Maison Familiale Rurale* (MFR), ou Casa Familiar Rural, a partir da sensibilidade do Padre Abbé Granerau diante do clamor dos agricultores de sua paróquia, os quais sentiam a dificuldade de seus filhos continuarem os estudos por conta da distância até a escola e, principalmente, do problema de as escolas priorizarem a pedagogia que valorizava, sobretudo, a cultura urbana, segundo Nascimento (2004).

Conhecedor da experiência francesa, o sacerdote jesuíta Humberto Pietrogrande, precursor da ideia de Alternância no Brasil, sabia da necessidade de um suporte para dar sustentação à nascente experiência. Pensando nisso, liderou a fundação do Movimento de Educação Promocional do

Espírito Santo (MEPES), uma organização filantrópica e sem fins lucrativos de inspiração cristã que foi a entidade civil mantenedora da Primeira Escola Família Agrícola (EFA)ⁱⁱⁱ no País.

Assim como na Europa, a experiência da Pedagogia da Alternância no Brasil teve como principal inspiração os princípios da democracia cristã católica, formados a partir do Concílio do Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín e Puebla, eventos que influenciaram a formação de lideranças religiosas e sociais em muitas comunidades em meio ao regime ditatorial e às lutas pela liberdade política no País. Durante o período do Regime Militar no Brasil, a ala progressista da Igreja Católica foi além de suas ações religiosas, adicionando a elas atividades de formação social direcionadas ao rompimento com o conservadorismo político e econômico.

Outro fator que contribuiu, e continua a contribuir, para o processo de inserção e fortalecimento da Pedagogia da Alternância no Brasil é o pensamento do célebre Paulo Freire, que, desde a década de 1960, já revolucionava o processo educacional brasileiro, denunciando a educação bancária e propondo os métodos de educação popular, considerando como suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico cultural dos

sujeitos envolvidos em processos formativos.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização brasileira, eclodiram muitas organizações populares nas diferentes regiões do País, cabendo destaque ao apoio da Igreja Católica, por intermédio das CEB, o que aumentou visivelmente a participação nos movimentos sociais do campo nessa luta, bem como a atuação do MST, no debate da Educação do Campo, tendo sido apresentadas propostas pedagógicas embasadas em construções coletivas que pensassem no desenvolvimento para as comunidades rurais, em busca da valorização das culturas camponesas.

Muitas reivindicações dos movimentos sociais foram regimentadas por documentos públicos a partir da Constituição Federal de 1988, a qual fundamentou outros marcos legais destinados a diferentes setores da sociedade brasileira. No caso da educação, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN (Lei 9.394/1996), sobretudo seu artigo 28, que normatiza especificamente a oferta de educação básica para a população rural, oportunizando discussão que culminou em uma legislação específica para a Educação do Campo, a Lei de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas

Escolas do Campo, de 03 de abril de 2002, seguida da aprovação do parecer CNE/CEB n.º 1, de 02 de fevereiro de 2006, que reconhece como letivos para os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) os dias e as horas que os alunos se encontram em seu meio socioprofissional (família e comunidade), no chamado TC.

Essas determinações legais vieram assegurar a mobilidade do calendário das escolas do campo, permitindo legitimidade e a adoção da Pedagogia da Alternância nos processos educativos, dando respaldo para a organização curricular própria das EFA e em consonância com as especificidades dos projetos comunitários e com cada realidade. Todavia, embora as legislações brasileiras supracitadas ofereçam amparo para a adequação das atividades pedagógicas nas Escolas do Campo, possibilitando adaptações curriculares conforme as peculiaridades da vida rural, em cada região, consideramos que não atendem, a contento, as necessidades de funcionamento, sobretudo, dos CEFFA no tocante ao aporte financeiro.

Ressaltamos, portanto, que a legislação não garante que estados e municípios façam a destinação de recursos. A garantia se dá apenas pelo estabelecimento de convênios com estados

e/ou municípios, exigindo o apoio indispensável das associações comunitárias e de contribuições das famílias dos estudantes para garantir o funcionamento dessas instituições de ensino. Assim os CEFFA têm resistido e dado continuidade ao projeto da Pedagogia da Alternância com as condições historicamente possíveis.

Dessa maneira, a implantação da Pedagogia da Alternância, iniciada no estado do Espírito Santo, tendo como fio condutor a insatisfação de famílias camponesas com os ensinamentos ministrados para seus filhos, não demorou muito a ser experienciada em outros estados brasileiros, nos quais os militantes dos movimentos sociais do campo e membros das CEB também desejavam ter garantido o direito a uma escola com uma educação voltada para quem vive fora dos espaços urbanos, conforme assinala Ribeiro (2008): “contrapondo-se à educação rural, a qual não considera os agricultores e agricultoras, como produtores sociais de vida e conhecimento, o movimento camponês, recria na pedagogia em que se alterna trabalho agrícola e educação escolar, a formação humana integral” (p. 36).

Essa conciliação entre trabalho, escola e vida é a proposta educativa que rege os CEFFA, os quais nasceram e persistem a partir de trabalhos

comunitários envolvendo famílias, lideranças e movimentos sociais, sobretudo do campo, preocupados com a promoção e o desenvolvimento socioeconômico, técnico e cultural de cada região campesina. Segundo dados da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), apresentados em material de divulgação da Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil (CONPAB) acontecida em setembro de 2019, atualmente existem 230 CEFFA, compreendidas as Casas Familiares Rurais (CFR), as EFA e as Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), em funcionamento em 21 estados brasileiros.

Cada CEFA possui uma associação comunitária que é sua mantenedora, dada a necessidade econômica e jurídica que vai da implantação até o desenvolvimento e funcionamento cotidiano, perpassando também a sustentação do Projeto Educativo a ser desenvolvido, o qual envolve a própria associação, as famílias dos alternantes e toda a comunidade, pelo princípio de participação efetiva de todos os segmentos. A esse respeito, Queiroz (2004) afirma:

Tudo isso exige de cada associação responsável pelo centro educativo um grande empenho, responsabilidade e perspicácia na construção deste Projeto Educativo. Porque este Projeto Educativo é que vai orientar e motivar todo processo de formação do alternante, possibilitando “uma

continuidade de ação formadora numa descontinuidade de atividades”, a formação integral em tempo integral e a “nascer, elucidar, formalizar ou modificar os projetos” dos alternantes. Com isso “a alternância torna-se também uma pedagogia do projeto”. (p. 96).

Todos os centros educativos que adotam a Pedagogia da Alternância apresentam um processo de formação que combina a articulação entre o período de frequência no espaço escolar, o chamado TE, e o TC, durante o qual são experienciados ensinamentos que vão além do conhecimento formal definido pela escola, a vivência no âmbito familiar e em suas práticas cotidianas. Assim,

A alternância pode ser vista como um recurso estrutural ... no processo de formação profissional, do trabalho coletivo dos professores, dos pais e de lideranças comunitárias, pois ela permite período integral de formação, na escola, em regime de internato – a sessão escolar – que se alterna com o período na propriedade familiar. Segundo os princípios dessa pedagogia, o aluno vivencia de forma alternada, experiências de formação na escola, conjugadas com a experiência que a família e a comunidade lhe proporcionarem durante o período que permanecem em alternância familiar. (Pessotti, 1978, p. 35).

Esse movimento dialético entre práticas cotidianas e o conhecimento construído na escola, vivenciados pelos jovens estudantes dos centros educativos em seus processos de formação, tem como

base metodológica a Pedagogia da Alternância. Inclui também o princípio da pedagogia freireana proposto no movimento teórico-prático de ação – reflexão – ação refletida (práxis), pelo qual os sujeitos aprendentes, apropriando-se das teorias, têm oportunidades de experienciá-las na prática, relacionando o conhecimento formal vivenciado na escola com os afazeres práticos no dia a dia junto à família. “É assim que a prática ... ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente” (Freire, 1996, p. 56).

Considerando a especificidade e pertinência do trabalho pedagógico para os jovens camponeses a partir da Pedagogia da Alternância, a seguir é discutida a concepção de trabalho referenciada para as atividades do TE e TC.

O lugar do trabalho na Pedagogia da Alternância

O trabalho é vital ao ser humano. É a operação humana necessária à sua continuidade e existência na Terra. Ele se dá na transformação da natureza pelo ser humano. Nesse sentido, não se pode entender como trabalho apenas uma atividade econômica remunerável, mas também todo o processo de interação e intervenção do ser humano. O trabalho,

como base da existência humana, caracteriza-se como princípio educativo, por ser precursor nas relações sociais e na construção da estrutura de sociedade.

Não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. (Frigotto *et al*, 2005, p. 2).

Ainda segundo o autor citado, nos primórdios, quando era centrado na coletividade em prol de uma colheita ou produção solidária, visto que não havia apropriação particular das terras produtivas nem da produtividade, tampouco empresas e indústrias privadas centradas na exploração da força do trabalho, o trabalho era um espaço de estruturação social da população. No entanto, essa característica do trabalho e sua potencialidade nos processos de humanização e criatividade da pessoa começou a perder-se com a introdução do sistema capitalista, no qual o trabalho consiste em mercadoria e a força de trabalho do trabalhador fica sob o comando do capital.

É a partir daquela compreensão inicial de trabalho que a Pedagogia da Alternância, na atualidade, busca reaver a ligação entre trabalho e educação como uma oportunidade aos sujeitos de

construção de si, assim como a intervenção, modificação e/ou construção do seu meio. Essa Pedagogia, a partir da alternância dos processos educativos no TE e TC, visa propiciar uma educação para o trabalho nas comunidades e pequenas propriedades rurais, as quais reconhecem a importância dessa relação entre estudo e trabalho. Trata-se de uma proposição formativa em correlação de forças com a perspectiva de educação sob a lógica do capital.

Segundo análises de Ponce (2010) sobre o período de transição da educação no período primitivo para a sociedade dividida em classes, “quanto mais a educação conserva o *status quo*, mais é julgada adequada. Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que ‘esse bem comum’ pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes” (p.29).

Dessa maneira, a Pedagogia da Alternância propõe o rompimento com a dicotomia entre teoria e prática, com a visão fragmentada dos processos de aprendizagem, e busca reaver a ligação entre trabalho e educação como uma oportunidade aos sujeitos de inserirem-se em processos de emancipação humana. Logo, assume a defesa da classe trabalhadora camponesa. Para isso,

compreende o trabalho como princípio educativo do qual se origina a intervenção do educando no seu meio familiar e social, a modificação e/ou construção do seu meio em diálogo com sua família e comunidade.

A formação por alternância em seus dois espaços e tempos, TE e TC, a qual inclui o trabalho como princípio educativo, proporciona uma aprendizagem abrangente composta de conhecimentos técnicos, científicos e de valores éticos, morais e religiosos, ajudando o jovem a se preparar para o trabalho e para a profissionalização, valorizando o aprender pelo fazer concreto no cotidiano da vida familiar e em situações de luta pela sobrevivência.

Cabe ressaltar que, por meio do TC, a Pedagogia da Alternância oportuniza aos jovens um preparo e uma qualificação para o trabalho no Campo que lhes proporcionem a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento de atividades que lhes assegurem renda e permanência em sua comunidade de origem. Isso significa dizer que a Pedagogia da Alternância caracteriza uma conquista importante da luta dos trabalhadores camponeses organizados, embora sem desconsiderar que, no bojo da luta de classes, são amplas as frentes de disputas que necessitam ser pautadas para o avanço da garantia de direitos sociais e da implementação de um projeto educação

sob a lógica da solidariedade, da produção agrícola sustentável e de base agroecológica. Nessa perspectiva, a ideia de trabalho na Pedagogia da Alternância capacita os educandos/alternantes para o processo de produção no Campo, contrariando a lógica capitalista; coaduna-se com a concepção da ontologia do ser social de Lukács (1978), pois o trabalho é fator determinante na aquisição da consciência do ser, na humanização do sujeito, e não meramente como força de trabalho humano a ser explorada.

Portanto, a articulação entre trabalho e o conhecimento vincula o processo educativo às diferentes dimensões de formação e transformação humana, pois visa contribuir para a consciência de classe, para o fortalecimento das relações sociais na comunidade e para a formação de valores na contramão da lógica capitalista, viabilizando um processo amplo na formação dos sujeitos coletivos. Tais finalidades e proposições remetem ao pensamento de Mészáros (2008), segundo o qual “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (p.48).

Assim sendo, na medida em que a formação se dá por alternância de tempos

educativos, “partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito” (Gimonet, 1999, p. 45), os processos formativos têm mais chances de se ressignificarem. Imprime-se nesse processo o trabalho na sua perspectiva ontológica, a partir do qual se vivencia o movimento da ação – reflexão – ação refletida (práxis), com vistas à finalidade da formação crítica, de perspectiva emancipatória, e à superação das relações de trabalho explorado.

A experiência da Escola Família Agrícola de Jaboticaba – BA

No contexto dos estudos no Grupo de Pesquisa em Educação do Campo – trabalho, contra-hegemonia e emancipação humana, da Universidade do Estado da Bahia (GEPEC/UNEB), fomos tomados pela seguinte inquietação: quais as contribuições das atividades do TC para a formação do estudante por alternância de tempos educativos na EFA de Jaboticaba? Para responder a esse questionamento e sistematizar o presente estudo, utilizamos como metodologia, além de revisão literária, a análise do Projeto Político Pedagógico da referida Escola e observações de algumas atividades dos alunos, em visitas àquela instituição educativa.

A EFA de Jaboticaba foi fundada em julho de 1987 e está localizada nas proximidades de um povoado que marca seu nome: Jaboticaba, pertencente ao município de Quixabeira, no estado da Bahia. Esse município, como tantos outros municípios nordestinos, carrega desde sua origem marcas de resistência na luta pela sobrevivência. Seu nome é originado de uma planta nativa conhecida na região como *quixabeira*, denominada cientificamente de *Sideroxylon obtusifolium*, cujas características biológicas a tornam apropriada para enfrentar as demandas climáticas do semiárido. Por analogia, assim também é esse município, que herdou o nome popular da planta: Quixabeira.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o município de Quixabeira está localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, região noroeste da Bahia, a aproximadamente 300 km da capital, Salvador. Situado no polígono da seca, com clima semiárido, sua área é de 368 km². A população do município é de 9.466 habitantes, dos quais 3.130, aproximadamente um terço dessa população, vivem no espaço urbano. Com suas origens, vivências e sobrevivências enraizadas no campo, a região de

Quixabeira seria, e foi, um terreno propício para o nascimento de uma Escola Agrícola.

A partir dessa característica, muito comum ao surgimento das EFA, o Projeto Político Pedagógico da EFA de Jaboticaba (2016) evidencia, na história da fundação da escola, que esta nasceu pensada na e pela comunidade, na coletividade, incentivada por direcionamentos religiosos, sobretudo com as CEB, tendo nesse processo grande estímulo do Padre Xavier Nichelle s.j. em conjunto com a Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), que lutaram juntos para o fortalecimento e a emancipação dos sujeitos do campo. É uma prática comum em muitas EFA na Bahia, como observa Cavalcante (2007):

O envolvimento da Igreja na implantação e consolidação das EFA baianas mostrou-se por demais preponderante. Por vezes ultrapassava o sistema organizacional e abraçava o custeio das escolas. Daí que para o movimento de escolas famílias, criar estratégias de apropriação e fortalecimento de luta comunitária pela manutenção da EFA passa a ser um desafio. (p. 131).

Pode-se dizer, portanto, que foi assim, comungando com as lutas nacionais dos movimentos sociais do Campo em prol de um projeto educacional específico para os sujeitos camponeses e objetivando romper com o modelo educacional que visa preparar o sujeito para servir ao

capitalismo agroexportador, que nasceu a Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Quixabeira – Bahia.

Inicialmente, a EFA de Jaboticaba, como é conhecida, oferecia apenas o Ensino Fundamental II com Iniciação ao Curso Técnico Agropecuário. A partir das aspirações dos alunos, dos pais e de toda a comunidade escolar, bem como do empenho da administração da escola junto aos órgãos competentes, foi implantado, no ano de 2006, o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, que oferece uma formação de Ensino Médio e Profissional aos jovens do campo. De acordo com o Dossiê da Escola, a instituição atende anualmente em torno de 150 a 200 jovens, habilitando, desde 2009, aproximadamente 30 técnicos por ano no município de Quixabeira e em outros circunvizinhos.

A EFA de Jaboticaba tem sido uma referência enquanto instituição de ensino na formação de técnicos que atuam na região, com destaque ao perfil, que vai além da dimensão profissional, alcançando questões humanas e sociais, como relatam alguns pequenos produtores que recebem assessoria também de técnicos formados em outras instituições de ensino regular que ofertam o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em

Agropecuária Integrada ao Ensino Médio. Essas características dos técnicos egressos da EFA de Jaboticaba pode ser justificada pelos princípios de Educação do Campo, da Cultura Campesina, da Agroecologia, da Sustentabilidade, enfim, pelos princípios da Pedagogia da Alternância vivenciados nas práticas educativas dessa escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) em questão assegura, em um dos seus objetivos, que o curso técnico visa “possibilitar a inserção do jovem no meio, favorecendo o seu protagonismo enquanto sujeito” (Escola Família Agrícola de Jaboticaba, 2016, p. 1). Dessa maneira, os educandos/alternantes são instigados a desenvolver a autonomia profissional. Essa preocupação com a autonomia profissional foi confirmada, durante a pesquisa, ao constatarmos a existência de uma associação criada pelos alunos egressos da primeira turma do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio da Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Quixabeira – Bahia (2006 – 2009): a Associação dos Técnicos Agrícolas do Sertão/BA (ATAS), pensada e gestada a partir de discussões em encontros de ex-alunos da EFA^{iv}.

Essa prática dos alunos egressos da EFA de Jaboticaba está presente nas

discussões de Passador (2006, p. 124), segundo o qual, com a Pedagogia da Alternância, “ênfatiza-se a iniciativa própria, a criatividade individual, o trabalho em equipe, o senso de responsabilidade, de cooperação e de solidariedade”. É o resultado da formação integral trabalhada na EFA. É a teoria posta em prática, culminando no desenvolvimento da autonomia do sujeito, sem se desvincular do desenvolvimento do meio social, humano, econômico e político.

Ainda de acordo com o PPP da EFA (2016, p. 49), o currículo da escola está respaldado em Diretrizes e Decretos que asseguram a legalidade de seu funcionamento, bem como de todos os CEFA do Brasil, com as especificidades temporais da Pedagogia da Alternância. Além de contemplar as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destinadas ao Ensino Médio regular, adota também atividades complementares e interdisciplinares no curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária por meio do Plano de Estudo, da Visita Familiar, da Colocação em Comum, do Caderno da Realidade, do Estágio Supervisionado e da Avaliação — todos instrumentos metodológicos da Pedagogia da Alternância que dialogam entre si, num processo contínuo.

Na abrangência deste estudo, e em concordância com os objetivos propostos, apresentamos nossa análise com base nos instrumentos didáticos e pedagógicos Caderno da Realidade (CR) e Estágio Supervisionado (ES), por esses se articularem mais efetivamente com a alternância no TC.

O CR faz parte dos pressupostos metodológicos de todas as EFA, não sendo diferente na EFA de Jaboticaba. Nele, é registrado todo o percurso do aluno durante o ano letivo nos diferentes períodos da alternância, tanto nas atividades desenvolvidas no espaço escolar, quanto nos momentos de convívio com a comunidade e a família. É a identidade do educando/alternante. O pontapé inicial para a elaboração do CR no projeto da alternância é o Plano de Estudo, pois é nesse momento que se dá o planejamento no TE, a partir da realidade de cada alternante, a fim de lhe oferecer possibilidades de analisar os vários aspectos do cotidiano local e cultural na sua comunidade, o que é trazido para a vivência escolar, mediante registros e reflexões no CR.

Para Gimonet (2007, p. 37), “o Caderno da Realidade é uma atividade fundamental com efeitos múltiplos, tanto de natureza pedagógica quanto formativa e educativa”. Diante dessa “tripla” natureza

do CR, estabelecida pelo autor, podemos dizer que esse é um recurso que efetiva a dinâmica de ação/reflexão/ação proposta pela alternância, uma vez que o planejamento feito no coletivo escolar é contextualizado junto ao convívio familiar e comunitário, permitindo ao alternante refletir sobre os avanços e recuos da sua formação, o que lhe oportuniza, ainda, a retomada de questões sobre as quais julgue necessário um maior aprofundamento, promovendo-se, assim, uma autonomia formativa a partir da sua realidade.

Durante a pesquisa, identificamos algumas áreas que os alunos já escolheram para se apropriarem, por estudos mais aprofundados, da elaboração de seus projetos de vida tão logo concluíam o curso, tais como: fruticultura, hortaliças, produção de mudas nativas, apicultura, bovinocultura, caprinocultura e caprinocultura de corte, ovinocultura e ovinocultura de corte. Essas são algumas das possibilidades de desenvolvimento sustentável incentivadas pela Escola, abraçadas e formatadas pelos sujeitos aprendentes. É nessa perspectiva que Passador (2006, p. 124) salienta que “a Pedagogia da Alternância tem como objetivo a formação integral do jovem do campo no aspecto intelectual e profissional, sem negar sua autonomia como sujeito”.

Convém ressaltar que, em meio aos propósitos formativos do CR, como em todo processo metodológico, esse instrumento pedagógico, em alguns momentos, encontra entraves em seu percurso construtivo tanto no TC quanto no TE. Algumas vezes, na comunidade, há condições adversas, como o trabalho árduo em algumas atividades campesinas que dificultam ou impedem a efetivação do que foi planejado, o que termina por favorecer uma reflexão sobre tais condições de trabalho às quais, muitas vezes, a pessoa do campo precisa se submeter.

Dificuldades também são encontradas em alguns momentos no TE na retomada da construção do CR, provocada pelo fator tempo em relação a outras demandas educacionais, uma vez que, segundo o PPP em apreço, a organização curricular da EFA precisa atender a BNCC, cabendo ao professor-monitor um (re)planejar constante, a fim de “articular os saberes da vida do jovem rural com os saberes escolares do programa oficial” (Nascimento, 2004, p. 295).

Os desafios enfrentados na elaboração ou na socialização do CR não diminuí o mérito desse instrumento pedagógico, mas, sim, possibilita aos alternantes um autoacompanhamento de todas as suas idas e vindas na caminhada da alternância, podendo nele registrar todo

o seu percurso de formação. Em que pese as limitações aqui expressas, o CR, a partir de seus múltiplos efeitos formativos, possibilita ao jovem estudante uma otimização do espaço-tempo da vida socioprofissional, na medida em que aprimora suas reflexões no tocante à visão do trabalho como perspectiva ontológica.

A etapa final do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio corresponde ao Estágio Supervisionado. Conforme o PPP da EFA (2016, pp. 35-36), os Estágios constituem mais um dos recursos utilizados na estrutura pedagógica. São atividades programadas a partir do 2º semestre do 1º ano, com duração de, no mínimo, uma semana, a serem realizadas durante a sessão na família/comunidade. O estágio deve ser o mais diversificado possível no 1º e 2º anos, para depois tornar-se mais específico na educação profissional. Esse Estágio visa inicialmente à orientação profissional do jovem, dando-lhe noções de profissões da região, para posteriormente ajudá-lo na sua profissionalização.

O documento supracitado esclarece que, quando o alternante retorna à EFA depois que finaliza o estágio, ele relata sua experiência para os colegas, professores e pais. Todo o registro do Estágio fará parte do CR. Pode-se dizer que esse é mais um

instrumento da Pedagogia da Alternância que possibilita registrar o saber e o fazer dentro da realidade social do jovem. O alternante, desde as atividades do Estágio, com a supervisão e o acompanhamento do monitor, poderá aprimorar seus conhecimentos teóricos e práticos.

Paralelamente a todo o processo formativo, o alternante vai sistematizando tudo no decorrer do curso Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio da EFA de Jaboticaba, até que escolhe uma área ligada a alguma atividade campesina para elaboração de um projeto, conhecido como Projeto de Vida, com possibilidades de ser aplicado no seu lugar, como meio de sobrevivência junto à sua família e à sua comunidade.

A trajetória educacional das EFA sucede “para dar condições para o jovem ter uma vida mais digna e independente, usando técnicas apropriadas à vida camponesa da região” (Pacheco, 2010, p. 160). Dentro desse entendimento, resgatamos o que afirma Saviani (1986):

Pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de

produção da existência humana, o processo de trabalho. (p. 14).

Nesse sentido, “o trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história”. (Frigotto et al, 2005, p. 2), configurando-se nessa aspiração de um sujeito integral e em pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A Pedagogia da Alternância, a partir das proposições do Estágio Supervisionado, tem, na sua prática, o trabalho como princípio educativo, promovendo a conciliação entre teoria e prática, ou seja, tempo de estudo na escola e tempo do trabalho nas comunidades e propriedades familiares. Por meio dessa relação direta entre escola, comunidade e família, ancora-se um projeto educativo (pre)ocupado com o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e atrelado ao trabalho como atividade de formação essencial ao sujeito, haja vista a conscientização, emancipação e resistência do camponês e sua organização social coletiva, assim como suas estratégias e técnicas de produção como gestão de fabricação de meios de produção agropecuária no próprio espaço rural.

No entanto, constatamos em alguns relatórios de Estágio Supervisionado, de autoria dos educandos, que, em decorrência da demanda dos alternantes em fase final do curso, nem sempre a escola

encontra nas parcerias institucionais espaço-tempo para que o Estágio Supervisionado ocorra nas comunidades de origem dos educandos/alternantes. Ou seja, há casos em que a prática do trabalho dos alternantes se realiza em propriedades privadas, fazendo-os vivenciar nessa atividade a lógica capitalista — uso da força de trabalho para acumulação de capital. Quanto a esse aspecto, colocamos a seguinte reflexão: em que medida essa contradição imposta pelas condições materiais da escola e dos educandos para não interromper os estudos se apresenta como potencialidade ou fragilidade para os princípios da Pedagogia da Alternância?

Diante das limitações de abrangência da nossa discussão, não será possível nos aprofundamos em tal reflexão, mas é possível afirmarmos que não são poucos os desafios a serem enfrentados pela gestão e organização do trabalho pedagógico na EFA para assegurar os princípios da Pedagogia da Alternância, sobretudo, quando nos deparamos, atualmente, com o avanço de uma política de educação nacional que corta recursos, limita a obrigatoriedade das áreas de conhecimento curricular em detrimento das Ciências Humanas, como a Filosofia e a Sociologia, incentiva o conhecimento técnico dissociado da sua dimensão teórica e de valores que primam pelos processos de

humanização, solidariedade, cooperação, diversidade, criatividade e emancipação humana.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, propusemos a analisar contribuições da Pedagogia da Alternância para a formação de jovens camponeses vinculados à EFA de Jaboticaba – BA, no Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio. Nesse sentido, pautamos que os movimentos sociais populares do Campo e suas estratégias de luta foram decisivas na proposição de um ideário educacional centrado na coletividade e na conscientização dos camponeses para a transformação da sua realidade social e local, fortalecendo-se o seu potencial produtor e sua identidade enquanto camponês resistente e capaz de sobreviver no Campo. A partir dessa perspectiva, foi confrontada a lógica cidadina, capitalista e dominante de educação ofertada ao homem e à mulher do Campo.

A firmeza na luta social dos sujeitos do Campo objetiva uma educação protagonizada por trabalhadores camponeses para que se considerem a realidade e a vivência da população campesina. Assim, a história da Pedagogia da Alternância no território brasileiro é

expressão de uma conquista da luta social no Campo pelo direito à educação omnilateral, entendida como a educação que considera todas as dimensões e especificidades do sujeito — neste estudo específico, do sujeito campesino em luta constante contra as imposições mercadológicas do agronegócio.

O apontamento da pesquisa leva-nos, sem sobras de dúvidas, a afirmar e sustentar que a Pedagogia da Alternância compreende o trabalho como princípio educativo, essencial para a formação integral do sujeito, e busca integrar o conhecimento produzido na escola com a realidade social dos educandos/alternantes.

Trata-se de um movimento iniciado há 50 anos e que, ainda hoje, apresenta-se como resistência a uma concepção de educação e de trabalho para os povos campesinos. Nesse sentido é que a perspectiva do trabalho na Pedagogia da Alternância refuta a lógica de processos educativos evidenciados pelo sistema escolar supressivo e burguês e se assenta naquela que compreende o trabalho no sentido ontológico, como princípio educativo, contra o sistema capitalista em voga no país e as mais diversas formas de exploração do trabalho.

Essa Pedagogia utiliza de estratégias comprometidas com as especificidades dos sujeitos camponeses, a fim de contribuir

com a inserção dos educandos/alternantes em situações de trabalho na sua própria comunidade ou sociedade. Nesses termos, o Caderno de Realidade e o Estágio Supervisionado são atividades concretas que articulam o conhecimento teórico e prático que subsidia os processos de produção agropecuária nas comunidades camponesas de onde se originam os educandos/alternantes da EFA de Jaboticaba.

Em síntese, os 50 anos de história da Pedagogia da Alternância constituíram um legado de formação escolar humanizada, social, política, enfim, integral, para os sujeitos do Campo, que precisam continuar lutando para resistir e continuar existindo com todos os seus objetivos e propósitos nesse atual momento político de incertezas, marcado pela centralidade do pensamento neoliberal em que se encontra o País.

A EFA de Jaboticaba, por sua vez, constitui-se com a materialidade dos princípios pedagógicos e conceituais da Pedagogia da Alternância, mas nem sempre consegue manter firme o propósito de articular a formação dos educandos/alternantes com a realidade social de suas comunidades e empregar os conhecimentos de seus processos de estudos em prol do desenvolvimento local de sua região, juntamente às comunidades onde vivem e trabalham. Dessa maneira,

evidenciamos, no processo de pesquisa, que são muitos os desafios relacionados ao financiamento das despesas da escola, em especial pelo fato de se encontrar como alvo de contestação do movimento conservador que avança no País com vistas a cercear os movimentos sociais oriundos das classes trabalhadoras e projetos de educação de perspectiva contra-hegemônicos.

Por fim, consideramos que as comemorações de 50 anos da Pedagogia da Alternância são, ao mesmo tempo, a celebração do legado pedagógico e conceitual de suas especificidades formativas e expressão de resistência e luta pela soberania política das comunidades camponesas, um movimento dialético de fundamental importância para a atualidade histórica da luta pela materialização orgânica da Educação do Campo — a luta pela terra — e, no interior disso, a Reforma Agrária como projeto de sociedade.

Referências

Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (1999). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

Brasil. (1996). *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Recuperado de:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Brasil. (2010). *Censo Populacional*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

Brasil. (2015). *Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

Brasil. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios/19898-suplementos-pnad3.html>

Burdick, J. (1998). *Procurando Deus no Brasil: a Igreja Católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras*. Rio de Janeiro, DF: Mauad.

Caldart, R. S. (2012). *Caminhos para a transformação da escola*. In Vendramini, C. R., & Aued, B. W. (Orgs.). *Temas e problemas no ensino em escolas do campo* (pp. 23-57). São Paulo, SP: Outras Expressões.

Cavalcante, L. O. H. (2007). *A escola família agrícola do sertão: entre percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM. (1979). *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo, SP: Paulinas.

Escola Família Agrícola de Jaboticaba. (2016). *Projeto Político Pedagógico. Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio*. Escola Família Agrícola de Jaboticaba, Quixabeira, BA, Brasil.

Ferreira, M. J. L. (2015). *Docência na Escola do Campo e Formação de Educadores: Qual o lugar do trabalho coletivo?* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* [Coleção Leitura]. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Freitas, L. C. (2008). *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. São Paulo, SP: Papirus.

Frigotto, G. (2003). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, SP: Cortez.

Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2005). *O trabalho como princípio educativo na educação integral dos trabalhadores. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional* (pp. 19-62). São Paulo, SP: Escola Sindical São Paulo – CUT.

Gimonet, J. (1999). *Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento* (pp. 39-48). Brasília, DF: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

Gimonet, J. (2007). *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lukács, G. (1978). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, SP: Livraria Editora Ciências Humanas.

Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.

Nascimento, C. G. (2004). *Educação, cidadania e políticas sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás*. In *Revista Iberoamericana de Educación*, 33, 1-23.

<https://rieoei.org/historico/deloslectores/752Godoy.PDF>

Oliveira, D. A. (2000). *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

Pacheco, L. M. D. (2010). *Práticas educativas escolares de enfrentamento e superação da exclusão social no meio rural: Pedagogia da Alternância e a Casa Familiar Rural em Frederico Westphalen* (Tese de Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Passador, C. S. (2006). *A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná*. São Paulo, SP: Annablume.

Peres, M. A. (2011). Velhice e Analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. *Sociedade e Estado*, 26(3), Brasília, DF. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300011>

Pessotti, A. L. (1978). *Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

Ponce, A. (2010). *Educação e luta de classes*. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

Queiroz, J. B. P. (2004). *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil:*

Ensino Médio e Educação Profissional (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100016>

Ribeiro, M. (2008). Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educação e Pesquisa*, 34(1), 27-46. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003>

Saviani, D. (1986). *O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias*. In Ferretti, C. J., et al. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar* (pp. 151-168). Petrópolis, RJ: Vozes.

Stedile, J. P. (1999). Educação. In: Stedile, J. P. & Fernandes, B. M. (Org.). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (pp. 73-80). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Stédile, J. P. (2012). Reforma Agrária. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 657-666). São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Theije, M. (2002). *Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana.

União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB. (2019). *Material de divulgação da Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil – CONPAB*. Recuperado de <https://conpab.com.br/conpab-2019>

ⁱ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da Ditadura Militar. Maiores informações podem ser encontradas em Burdick (1998, p. 11).

ⁱⁱ A legitimidade e inspiração teológica da ala progressista da Igreja Católica eram buscadas na teologia da libertação, segundo a qual deve haver uma necessária relação entre a teologia e contextos socioeconômicos. (cf. Theije, 2002, p. 23).

ⁱⁱⁱ Espaço físico que abrigaria os estudantes e colocaria em prática a proposta da Pedagogia da Alternância.

^{iv} Alunos egressos da primeira turma (2006-2009) organizam, desde 2010, encontros anuais nos quais ex-alunos da EFA se reencontram, recordam os momentos que viveram juntos, refletem suas trajetórias. Enfim, mantêm o vínculo entre si e com a EFA.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 05/03/2020
Aprovado em: 11/05/2020
Publicado em: 27/06/2020

Received on Marc 05th, 2020
Accepted on May 11th, 2020
Published on June, 27th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Maria Jucilene Lima Ferreira

 <http://orcid.org/0000-0002-0456-3842>

Antônia Euza Carneiro de Sousa

 <http://orcid.org/0000-0002-0334-8729>

José Romildo Pereira Lima

 <http://orcid.org/0000-0003-1961-1816>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Ferreira, M. J. L., Sousa, A. E. C., & Lima, J. R. P. (2020). Contribuições da Pedagogia da Alternância para a Formação de Técnicos Agropecuários: o caso da Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Bahia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e8573. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8573>

ABNT

FERREIRA, M. J. L.; SOUSA, A. E. C.; LIMA, J. R. P. Contribuições da Pedagogia da Alternância para a Formação de Técnicos Agropecuários: o caso da Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Bahia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e8573, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8573>